



SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.

Relatório Trimestral de Execução Orçamental

primeiro trimestre
2024

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	2
2.	ATIVIDADE	3
2.1.	CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	3
2.2.	COMPLEXO DE TÊNIS DO PORTO SANTO	4
2.3.	CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS DO PORTO SANTO	5
3.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	6
3.1.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA.....	6
3.2.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	9
4.	EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS.....	12
5.	RECEITAS OPERACIONAIS	14
6.	GASTOS OPERACIONAIS.....	14
6.1.	FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	15
6.2.	GASTOS COM PESSOAL.....	16
6.3.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS	17
6.4.	BALANÇO.....	19
6.5.	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	20
7.	INFORMAÇÃO ADICIONAL.....	20
7.1.	PESSOAL.....	21
7.2.	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA COMERCIAL	21
7.3.	EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DOS RECEBIMENTOS	21
7.4.	EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS.....	22
8.	CONCLUSÃO	22
9.	ANEXOS.....	23

1. Introdução

O Decreto Legislativo Regional n.º 16/99/M, de 18 de maio, criou a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. (SDPS), como meio alternativo de intervenção ao nível local, complementar à intervenção do Governo Regional e da Câmara Municipal, concorrendo para o desenvolvimento sócio económico, de forma integrada e sustentada da ilha do Porto Santo.

A SDPS é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que prossegue fins de interesse público e tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural da ilha do Porto Santo.

Paralelamente, a partir do momento em que por efeitos das Contas Nacionais, integra o perímetro da Administração Pública Regional como empresa pública reclassificada, a sua atuação passou a ser enquadrada também pelas regras definidas para as Empresas Reclassificadas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

A SDPS tem a sua atividade e funcionamento enquadrados pelo disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho de 2021, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira, pelos seus diplomas de criação, respetivos estatutos e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

Em conformidade com o n.º 2 do artigo 24.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, os titulares dos órgãos de administração das empresas públicas regionais respondem perante o titular da função acionista pelos resultados obtidos com a gestão empreendida, apresentando para o efeito relatórios trimestrais fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento, devendo este incluir o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, doravante designado por plano de atividades e orçamento.

Paralelamente, a alínea e) do n.º 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril de 2016, determina que seja realizado trimestralmente o reporte das contas das empresas que compõem o Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM), mediante o envio à Inspeção Regional de Finanças e à Direção Regional do Orçamento e Tesouro, acompanhado do Relatório do Fiscal Único. Assim, passamos a relatar as atividades,

investimento e execução orçamental do primeiro trimestre de 2024 na perspetiva da contabilidade pública e também na perspetiva do SNC-AP.

2. Atividade

A SDPS rentabiliza os ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção e gestão de projetos.

Neste âmbito, existem diversos empreendimentos que são de gestão direta, nomeadamente:

2.1. Campo de Golfe do Porto Santo

O Campo de Golfe do Porto Santo contempla 18 buracos e ainda um circuito curto de “par” 3 desenvolvendo-se numa área de terreno superior a 1.800.000 m², sendo apoiado por um “Club House”.

A estrutura conta com um conjunto de serviços e espaços de lazer tais como restaurante, bar, sala de bilhar, sala de estar, loja “pro-shop”, serviços administrativos, sauna, jacuzzi e banho turco.

QUADRO 1 – VARIAÇÃO DO NÚMERO DE VOLTAS – 1.º TRIMESTRE

Atividade	1.º Trimestre		Variação 2024/2023	
	2023	2024	N.º	%
N.º de voltas Global	11 539	14 260	2 721	24,6%
N.º de voltas – Operação Escandinávia ¹	10 607	13 247	2 640	24,9%

Fonte – Porto Santo Golfe

O quadro acima, reflete a variação do número de voltas, entre o primeiro trimestre de 2023 e 2024. Como se pode verificar no trimestre em análise, o número de voltas é muito superior comparativamente ao período análogo.

De realçar que na operação Escandinávia, e em finais de 2023, teve início uma nova operação, com a escala semanal de um voo charter proveniente da Noruega.

¹ Operação Escandinávia – Acordo de Vendas com o Hotel Vila Baleira, em que consiste na venda de green fees do Campo de Golfe do Porto Santo, bem como, a utilização do Complexo de Ténis do Porto Santo, aos clientes provenientes dos voos do Mercado Escandinavo.

2.2. Complexo de Ténis do Porto Santo

O Complexo de Campos de Ténis é constituído por 1 campo principal e 5 secundários, possui ainda 2 campos de “padel”.

A estrutura desportiva é apoiada por um “Club House”, loja “Pró-Shop”, bar/restaurante, varandas sobre o estádio, sala de formação, sala de reuniões, enfermaria/gabinete médico e áreas de apoio aos atletas.

QUADRO 2 – VARIAÇÃO DE UTENTES – 1.º TRIMESTRE

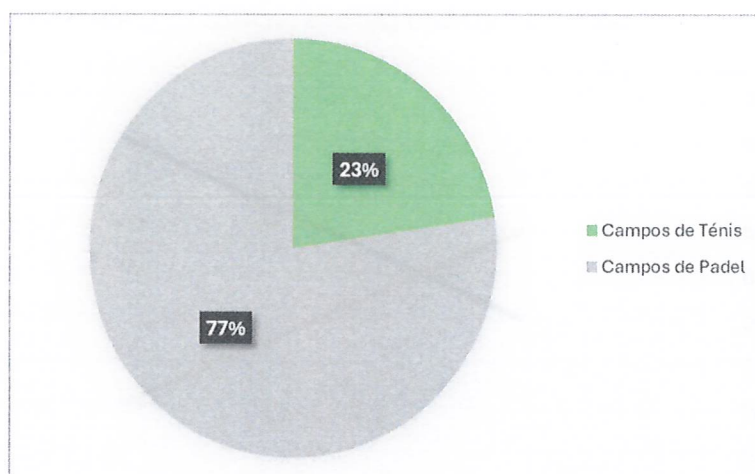
Atividade	1.º Trimestre		Variação 2024/2023	
	2023	2024	N.º	%
Campos de Ténis	163	78	-85	-52,2%
Campos de Padel	155	267	112	72,3%
TOTAL	318	345	27	8,5%

Fonte – Complexo de ténis do Porto Santo

Como se pode verificar no trimestre em análise, existe um Incremento no número de utilizadores na ordem dos 8,5%.

De realçar o aumento significativo de utentes a jogar padel, em detrimento dos jogadores de ténis.

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS JOGADORES POR MODALIDADE – 1.º TRIMESTRE



Fonte – Complexo de ténis do Porto Santo

2.3. Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo

O Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo é uma infraestrutura moderna que tem como principal objetivo a organização de diversos tipos de eventos.

Frequentemente são apresentadas iniciativas de âmbito cultural, artístico e educativo, com serviços técnicos assegurados.

O centro cultural apresenta como espaço principal um auditório para cerca de 300 pessoas, várias salas de apoio e tem, ainda, à disposição espaços destinados a serviços públicos e privados.

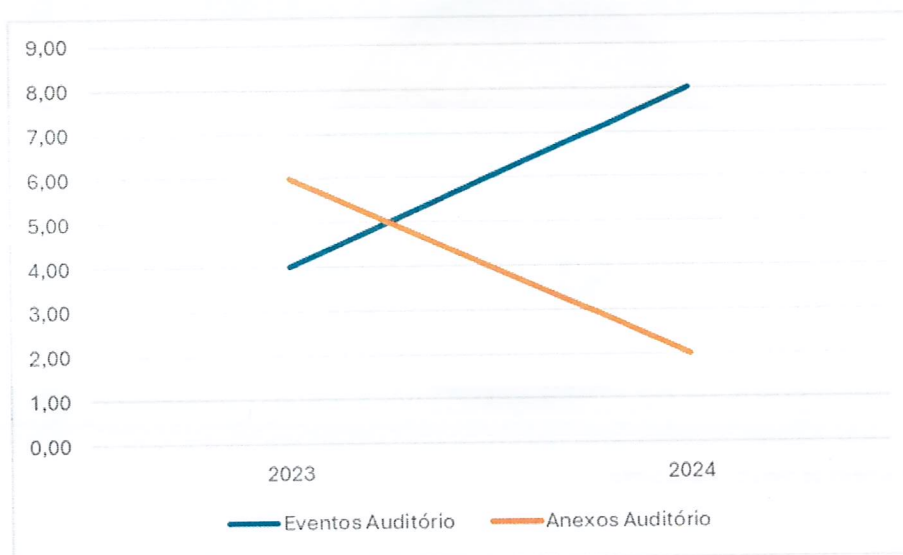
QUADRO 3 – VARIAÇÃO DE EVENTOS – 1.º TRIMESTRE

Eventos/Utilizações	1.º Trimestre		Variação 2024/2023	
	2023	2024	N.º	%
Eventos Auditório	4	8	4	100%
Anexos Auditório	6	2	-4	-66,7%
TOTAL	10	10	0	0,0%

Fonte – Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo

Comparativamente ao período homólogo a variação do número de eventos é nula, mas com realce para a utilização do auditório, o que se traduz em eventos com maior número de utentes.

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS EVENTOS – 1.º TRIMESTRE



Fonte – Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo

3. Execução Orçamental por Classificação Económica

3.1. Execução Orçamental da Receita

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da receita no primeiro trimestre de 2024:

QUADRO 4 – RESUMO DA RECEITA – 1.º TRIMESTRE

RESUMO DA RECEITA - SDPS			
RECEITAS CORRENTES	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO VALOR	%
Receitas Correntes	1 622 272,00	411 129,87	25,34%
Outras Receitas Correntes	54 528,00	1 331,24	2,44%
SUBTOTAL	1 676 800,00	412 461,11	24,60%
RECEITAS CAPITAL			
Venda de Bens de Investimento	848 166,00	181 600,00	21,41%
Transferências de Capital	1 230 309,00	0,00	0,00%
Ativos Financeiros	584 301,00	584 301,00	100,00%
SUBTOTAL	2 662 776,00	765 901,00	28,76%
Saldo Gerência Anterior (16)	4 755 600,00	1 529 992,60	32,17%
SUBTOTAL	4 755 600,00	1 529 992,60	32,17%
TOTAL	9 095 176,00	2 708 354,71	29,78%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

De realçar que no ano de 2024, e em função da situação política, ainda não foi aprovado o Plano de Atividades e Orçamento para 2024, pelo que a execução orçamental, com as exceções previstas na lei, está a ser executada em regime duodecimal.

Conforme se pode verificar, a execução orçamental da receita no primeiro trimestre de 2024 foi de 29,78%.

As Receitas Correntes tiveram uma execução de 24,60% e as Receitas de Capital tiveram uma execução de 28,76%.

A rubrica Receitas Correntes teve uma execução de 25,34%, sendo o expectável para o período em análise. Estas receitas provêm maioritariamente da exploração do Campo de Golfe do Porto Santo, sendo as restantes provenientes do Complexo de Ténis, Centro Cultural e de Congressos, e ainda, da atualização das taxas das concessões e dos arrendamentos.

Na rubrica Venda de Bens de Investimento, a execução de 21,41% no valor de 181 600€, advém da venda de um lote, do loteamento do Porto Santo Golfe.

Nas Receitas de Capital, a rubrica Transferências de Capital, verifica-se uma execução nula, explicada pelo facto não terem sido celebrados Contratos-Programa com a RAM.

A rubrica de Ativos Financeiros, registou um valor de 584 301€, resultante da injeção de capital por parte do acionista RAM, a qual deveria ter ocorrido no ano de 2023, mas só se veio a realizar no 1º trimestre 2024.

Analisando a execução orçamental da receita, na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que os valores recebidos resultaram de:

- Transferências da RAM (311) - 21,57%;
- Receitas Próprias (FF 513) – 21,93%;
- Saldo de Gerência (FF 382, FF 522) – 56,49%.

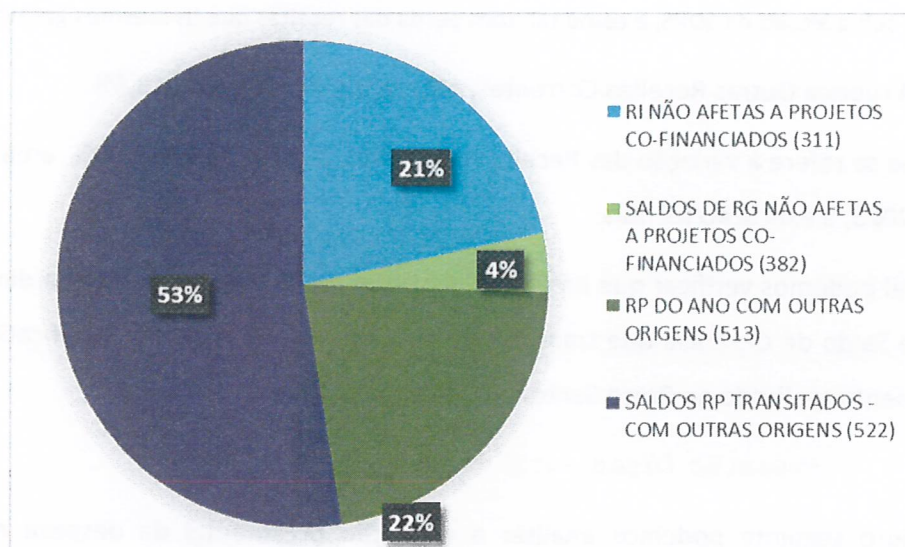
O saldo de gerência encontra-se totalmente integrado no Orçamento da SDPS.

QUADRO 5 – RESUMO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 1.º TRIMESTRE

RESUMO DA RECEITA- SDPS			
FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	
	CORRIGIDO	VALOR	%
RI NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (311)	584 301,00	584 301,00	100,00%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	545 102,00	105 577,55	19,37%
TRANSFERÊNCIAS DE RG ENTRE ORGANISMOS (389)	3 528,00	0,00	0,00%
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	549 000,00	0,00	0,00%
REACT (486)	681 309,00	0,00	0,00%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	2 521 438,00	594 061,11	23,56%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	4 129 376,00	1 424 415,05	34,49%
NO SISTEMA BANCÁRIO EXTERNO (712)	81 122,00	0,00	0,00%
TOTAL	9 095 176,00	2 708 354,71	29,78%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO



Fonte – Unidade de Gestão Financeira

Verificamos que cerca de 75% das receitas foram provenientes de receitas próprias e saldo de gerência de anos anteriores.

QUADRO 6 – RESUMO DA VARIAÇÃO DA RECEITA– 1.º TRIMESTRE 2023/2024

RESUMO DA RECEITA				
RECEITAS CORRENTES	EXECUÇÃO TRIMESTRAL		VARIAÇÃO	
	2023	2024	VALOR	%
Receitas Correntes	424 104,74	411 129,87	-12 974,87	-3,1%
Outras Receitas Correntes	1 122,20	1 331,24	209,04	18,6%
SUBTOTAL	425 226,94	412 461,11	-12 765,83	-3,0%
RECEITAS CAPITAL				
Venda de Bens de Investimento	0,00	181 600,00	181 600,00	100,0%
Ativos Financeiros	0,00	584 301,00	584 301,00	100,0%
SUBTOTAL	0,00	765 901,00	765 901,00	100,0%
Saldo Gerência Anterior	3 225 603,89	1 529 992,60	-1 695 611,29	-52,6%
SUBTOTAL	3 225 603,89	1 529 992,60	-1 695 611,29	-52,6%
TOTAL	3 650 830,83	2 708 354,71	-942 476,12	-25,8%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

- No que concerne à variação das Receitas Correntes, existe uma diminuição, em cerca de 3 %, devido ao facto do empreendimento do Mercado se encontrar em fase de procedimento concursal para concessão de 2 espaços, cujo contrato de concessão caducou a 31 de dezembro de 2023, não estando a gerar receita.

Outro factor de perda de receita, foi o Parque de Campismo e o Centro Hípico, terem deixado de estar sob a alçada da SDPS, e como tal, com perda das receitas que os mesmos geravam.

- A rubrica Outras Receitas Correntes, obteve um aumento de 18,6%.

Já no que se refere à variação das Receitas de Capital, a variação é de 100%, uma vez que no ano de 2023, a execução foi nula.

No global podemos verificar que há uma diminuição de 25,8 %, resultante da diminuição do valor do Saldo de Gerência que transitou do ano anterior. Contribuiu, significativamente, o investimento realizado no Porto Santo com receitas próprias.

3.2. Execução Orçamental da Despesa

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da despesa no primeiro trimestre de 2024:

QUADRO 7 – RESUMO DA DESPESA – 1.º TRIMESTRE

RESUMO DA DESPESA - SDPS			
DESPESAS CORRENTES	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO VALOR	%
Despesas com Pessoal	2 585 152,00	242 569,95	9,38%
Aquisição Bens Serviços	1 581 586,00	55 454,35	3,51%
Juros e Outros Encargos	157 644,00	0,00	0,00%
Administração Regional	15 528,00	1 528,54	9,84%
Outras Despesas Correntes	99 414,00	17 494,08	17,60%
SUBTOTAL	4 439 324,00	317 046,92	7,14%
DESPESAS CAPITAL			
Aquisição Bens Capital	4 269 028,00	5 945,61	0,14%
Ativos Financeiros	386 824,00	0,00	0,00%
SUBTOTAL	4 655 852,00	5 945,61	0,13%
TOTAL	9 095 176,00	322 992,53	3,55%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

A execução orçamental da despesa no primeiro trimestre de 2024 foi de 3,55%, sendo que as Despesas Correntes tiveram uma execução de 7,14%, enquanto as Despesas de Capital apresentam uma execução residual de 0,13%.

A rubrica Despesas com Pessoal, registou uma execução de 9,38%, abaixo do expectável, para o trimestre em análise.

A rubrica Aquisição de Bens e Serviços, teve uma execução de 3,51%. Contribuíram para esta execução as seguintes rubricas:

- Eletricidade, dos respetivos empreendimentos;
- Água, dos respetivos empreendimentos; e
- Outros Serviços, sendo os contratos com mais peso nesta rubrica, gestão documental, arquivo documental e serviços de contabilidade.

A rubrica Juros e Outros Encargos representa os valores pagos de juros e outros encargos, nomeadamente juros de mora, não se verificando qualquer execução.

A rubrica Administração Regional reflete o valor despendido com a remuneração trabalhadores colocados ao abrigo do Programa de Ocupação Temporária de Desempregados (POT), promovido pelo Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM.

Na rubrica Outras Despesas Correntes a execução de 17,60%, deve-se maioritariamente ao pagamento das taxas decorrentes do Contrato de Concessão de Domínio Público Marítimo n.º 12, para o empreendimento do Penedo do Sono, bem como, a regularização contabilística referente às retenções efetuadas em sede de IRC, a clientes.

No que concerne às despesas de capital, a execução registada foi significativamente baixa.

Registou-se apenas uma execução na Aquisição Bens de Capital, respeitante à despesa relacionada com investimentos, nomeadamente, com a aquisição de bens de imobilizado.

Analisando a execução orçamental da despesa, na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que a despesa com recurso às Receitas Próprias teve uma execução de 12,70%.

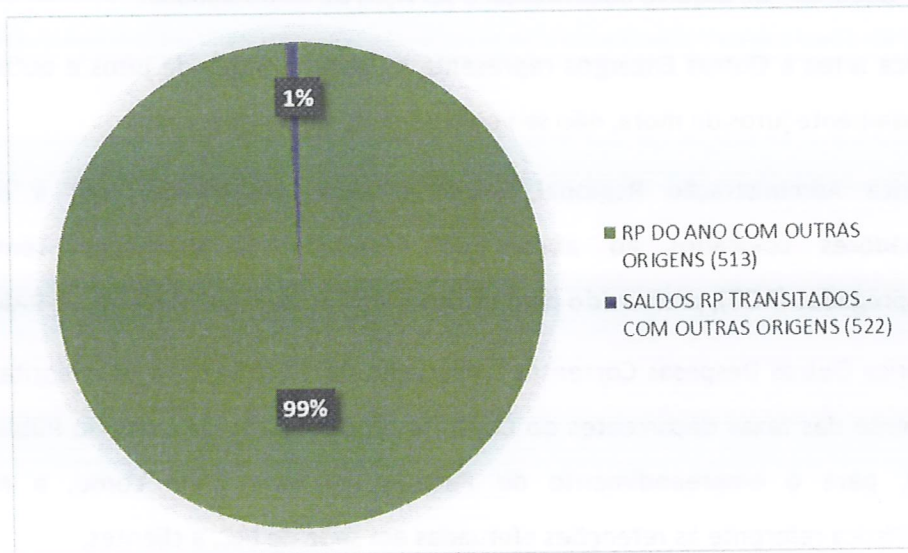
QUADRO 8 – RESUMO DA DESPESA POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 1.º TRIMESTRE

RESUMO DA DESPESA - SDPS			
FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO VALOR	%
RI NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (311)	584 301,00	0,00	0,00%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	545 102,00	0,00	0,00%
TRANSFERÊNCIAS DE RG ENTRE ORGANISMOS (389)	3 528,00	0,00	0,00%
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	549 000,00	0,00	0,00%
REACT (486)	681 309,00	0,00	0,00%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	2 521 438,00	320 301,26	12,70%

RESUMO DA DESPESA - SDPS				
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	4 129 376,00	2 691,27	0,07%	
NO SISTEMA BANCÁRIO EXTERNO (712)	81 122,00	0,00	0,00%	
TOTAL	9 095 176,00	322 992,53	3,55%	

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE FINANCIAMENTO



QUADRO 9 – RESUMO DA VARIAÇÃO DA DESPESA– 1.º TRIMESTRE 2023/2024

RESUMO DA DESPESA				
DESPESAS CORRENTES	EXECUÇÃO TRIMESTRAL		VARIAÇÃO	
	2023	2024	VALOR	%
Despesas com Pessoal	208 860,27	242 569,95	33 709,68	16,14%
Aquisição Bens Serviços	64 254,10	55 454,35	-8 799,75	-13,70%
Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00%
Administração Regional	3 254,77	1 528,54	-1 726,23	-53,04%
Outras Despesas Correntes	9 491,20	17 494,08	8 002,88	84,32%
SUBTOTAL	285 860,34	317 046,92	31 186,58	10,91%
DESPESAS CAPITAL				
Aquisição Bens Capital	1 608,64	5 945,61	4 336,97	269,60%
SUBTOTAL	1 608,64	5 945,61	4 336,97	269,60%
TOTAL	287 468,98	322 992,53	35 523,55	12,36%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

No que respeita à variação das Despesas Correntes:

A rubrica Despesas com Pessoal, teve uma variação de 16,14%, explicada essencialmente pelos aumentos salariais decorrentes da implementação do Decreto-Lei n.º 108/2023, bem como, da implementação do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2024/M, que aprova o salário mínimo regional para 2024. Note-se que, no primeiro trimestre do ano transato ainda não tinha sido aprovado o Acordo de Coletivo de Trabalho, fazendo com que no período em análise seja possível verificar esses efeitos.

A rubrica Aquisição de Bens e Serviços, teve uma variação negativa de 13,70%, justificada pela redução das despesas correntes, na medida em que estamos a trabalhar no regime duodecimal.

A rubrica Administração Regional, obteve uma diminuição em cerca de 53,04%, explicada pela diminuição do número de trabalhadores ao abrigo do Programa de Ocupação Temporária e da Medida de Apoio à Integração de Subsidiados, promovido pelo Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM.

A rubrica Outras Despesas Correntes, teve um aumento significativo de 84,32%, resultante da regularização na contabilidade das retenções efetuadas em sede de IRC, a clientes., bem como, custos à concessão de DPM² do Penedo do Sono.

Já no que se refere à variação das Despesas de Capital, há um aumento acentuado, de 269,60%, na rubrica Aquisição de Bens de Capital, devido à aquisição de bens de imobilizado.

4. Execução do Plano de Investimentos

Os investimentos apresentaram a evolução financeira abaixo indicada:

QUADRO 10 – INVESTIMENTOS – 1.º TRIMESTRE

Designação	Orçamento Inicial 2024	Orçamento Retificado	Valor Executado	% de Execução
52509	314 947,00	154 947,00		0,00%
REFORÇO DA COBERTURA E IMPLEMENTAÇÃO / REABILITAÇÃO DO EMPREENDIMENTO - MERCADO / PRAÇA DO BARQUEIRO	314 947,00	154 947,00		0,00%
392	160 000,00	0,00		0,00%
513	0,00	0,00		0,00%
522	154 947,00	154 947,00		0,00%

² DPM – Domínio Público Marítimo

Designação	Orçamento Inicial 2024	Orçamento Retificado	Valor Executado	% de Execução
52512	734 000,00	734 000,00		0,00%
REVITALIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DO CAMPO DE TÊNIS - COMPLEXO CAMPO TÊNIS	734 000,00	734 000,00		0,00%
513	40 000,00	40 000,00		0,00%
522	694 000,00	694 000,00		0,00%
387	0,00	0,00		0,00%
52735	956 540,00	956 540,00		0,00%
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	956 540,00	956 540,00		0,00%
486	681 309,00	681 309,00		0,00%
513	120 231,00	120 231,00		0,00%
522	155 000,00	155 000,00		0,00%
52736	325 666,00	285 666,00	5 945,61	6,94%
EQUIPAMENTO BÁSICO - SDPS	325 666,00	285 666,00	5 945,61	6,94%
382	200 000,00	200 000,00		0,00%
513	125 666,00	85 666,00	5 945,61	6,94%
52737	18 300,00	18 300,00		0,00%
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA - SDPS	18 300,00	18 300,00		0,00%
513	18 300,00	18 300,00		0,00%
52738	6 100,00	6 100,00		0,00%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO - SDPS	6 100,00	6 100,00		0,00%
513	6 100,00	6 100,00		0,00%
53041	421 295,00	934 901,00		0,00%
REABILITAÇÃO DO CENTRO DE ARTESANATO	421 295,00	934 901,00		0,00%
392	75 394,00	549 000,00		0,00%
513	40 000,00	80 000,00		0,00%
522	305 901,00	305 901,00		0,00%
53042	142 800,00	142 800,00		0,00%
REABILITAÇÃO DO CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	142 800,00	142 800,00		0,00%
522	142 800,00	142 800,00		0,00%
53236	83 000,00	83 000,00		0,00%
CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO - 2.ª FASE	83 000,00	83 000,00		0,00%
522	83 000,00	83 000,00		0,00%
52479	10 000,00	10 000,00		0,00%
REVITALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO - CENTRO HÍPICO	10 000,00	10 000,00		0,00%
513	10 000,00	10 000,00		0,00%
Total Geral	3 012 648,00	4 115 841,00	5 945,61	0,14%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

Quanto aos investimentos acima elencados, apenas teve execução o projeto 52736 – Equipamento Básico – SDPS, no valor de 5.945,61€, referente à aquisição de peças para as máquinas do Campo de Golfe do Porto Santo.

5. Receitas Operacionais

As receitas obtidas no primeiro trimestre de 2024 ascenderam a 336 312 €, resultantes, na sua maioria, dos contratos de concessão de exploração de espaços tutelados, bem como, pela exploração direta dos empreendimentos da SDPS.

QUADRO 11 – PRINCIPAIS RECEITAS OPERACIONAIS – 1.º TRIMESTRE

Receitas Operacionais	PAO 2024	Execução 2024	Variação
			%
Vendas e serviços prestados	350 000 €	333 119 €	95%
Transferências correntes e subsídios à exploração	- €	- €	0%
Outros rendimentos	163 500 €	3 193 €	2%
Total	513 500 €	336 312 €	65%

Nas Receitas Operacionais é possível verificar uma execução de 65 %, no primeiro trimestre de 2024, face ao orçamentado no PAO 2024.

As Vendas e Serviços Prestados representam 95% do PAO para o ano 2024, pelo que é um valor muito pertinente e satisfatório, que resulta essencialmente da atividade operacional do Campo de Golfe do Porto Santo.

Os Outros Rendimentos, teve uma execução muito baixa de 2%, abaixo do previsto para o trimestre em análise, e tendo em conta a previsão efetuada no PAO.

6. Gastos Operacionais

Os gastos do primeiro trimestre 2024 ascenderam a 358 361€, apresentando uma execução de 61%, face ao Plano de Atividades e Orçamento para 2024.

QUADRO 12 – GASTOS OPERACIONAIS – 1.º TRIMESTRE

Gastos Operacionais	PAO 2024	Execução 2024	Variação
			%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5 000 €	14 648 €	293%
Fornecimentos e serviços externos	265 930 €	68 338 €	26%
Gastos com o pessoal	304 298 €	269 462 €	89%

Gastos Operacionais	PAO 2024	Execução 2024	Variação
			%
Outros gastos	11 250 €	5 913 €	53%
Total	586 478 €	358 361 €	61%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

Em relação à execução, pode-se concluir que o CMVMC teve uma execução elevada em 293%, face ao previsto no PAO do ano corrente, resultante do aumento das vendas que superaram a execução estimada para o trimestre em análise, implicando diretamente um acréscimo, no custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, se bem que estas têm contrapartida financeira nas vendas.

6.1. Fornecimento e Serviços Externos

A variação ocorrida na conta “Fornecimentos e Serviços Externos”, encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 13 – FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Conta 62	Fornecimentos e Serviços Externos	1º Trimestre		Variação
		2024	2023	%
6221	Trabalhos especializados	332,51	311,10	7%
6222	Publicidade, comunicação e imagem	8 157,48	11 805,56	-31%
6226	Conservação e reparação	356,18	4 148,16	-91%
6231	Pecas, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 116,59	2 097,92	-47%
6233	Material de escritório	601,32	208,19	189%
6241	Eletricidade	9 774,89	14 513,00	-33%
6242	Combustíveis e lubrificantes	1 013,67	98,36	931%
6243	Água	11 934,90	8 046,70	48%
6251	Deslocações e estadas	363,00	418,64	-13%
6262	Comunicações	674,54	1 507,70	-55%
6263	Seguros	885,80	817,76	8%
6266	Despesas de representação dos serviços	0,00	288,84	-100%
6267	Limpeza, higiene e conforto	0,00	106,99	-100%
6269	Outros serviços	33 127,03	22 519,28	47%
	Total	68 337,91	66 888,20	2%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

A conta “Fornecimentos e Serviços Externos”, teve um acréscimo de 2%, comparativamente ao período homólogo.

Demonstrações Financeiras

6.3. Demonstração de Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS				
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024				
(Montantes expressos em Euros)				
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	1º TRIMESTRE		31/dez/23
		2024	2023	
Vendas		24 295,92	15 101,91	694 765,10
Prestações de serviços		308 822,95	312 548,57	1 138 182,73
Transferências correntes e subsídios à exploração		-	24 266 666,67	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(14 648,31)	(7 780,20)	(676 156,88)
Fornecimentos e serviços externos		(68 337,91)	(66 888,20)	(759 623,15)
Gastos com o pessoal		(269 461,79)	(240 503,49)	(1 221 964,97)
Outros rendimentos e ganhos		3 192,83	1 954,14	18 804,66
Outros gastos e perdas		(5 913,15)	(7 352,57)	(63 563,09)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento		(22 049,46)	24 273 746,83	(869 555,60)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(293 762,00)	(283 534,92)	(1 150 461,85)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(315 811,46)	23 990 211,91	(2 020 017,45)
Juros e gastos similares suportados		-	-	(157 143,76)
Resultado antes de impostos		(315 811,46)	23 990 211,91	(2 177 161,21)
Imposto sobre o rendimento		-	-	(590,46)
Resultado líquido do período		(315 811,46)	23 990 211,91	(2 177 751,67)

Fonte – Opção Divina

No que concerne aos Rendimentos da empresa no primeiro trimestre de 2024, face ao período homólogo de 2023, temos a observar o seguinte:

- O acréscimo de 1,02% do volume de negócios, deve-se essencialmente às vendas de merchandising da Pro Shop do Campo de Golfe do Porto Santo, bem como das receitas provenientes da Operação Escandinávia, com a entrada de novos praticantes oriundos da Noruega.

Não obstante do aumento verificado no volume de negócios, o mesmo não foi muito significativo, devido a:

- empreendimento do Mercado em fase de procedimento concursal para concessão de 2 espaços, cujo contrato de concessão caducou a 31 de dezembro de 2023, não estando a gerar receita;

Para este acréscimo concorreram os aumentos do material de escritório, dos combustíveis, da água e de outros serviços.

6.2. Gastos com Pessoal

A variação ocorrida na conta “Gastos com o pessoal”, encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 14 – GASTOS COM PESSOAL

Conta 63	Gastos com o pessoal	1º Trimestre		Variação
		2024	2023	%
631	Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	10 364,57	8 700,37	19%
632	Remunerações do pessoal	209 229,92	187 105,78	12%
635	Encargos sobre remunerações	47 758,24	42 295,27	13%
63511	Encargos com os Órgãos Sociais	2 268,79	2 031,65	12%
63512	Encargos com o restante pessoal	45 489,45	40 263,62	13%
636	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	1 950,66	1 413,18	38%
638	Outros gastos com o pessoal	158,40	988,89	-84%
Total		269 461,79	240 503,49	12%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

A conta “Gastos com o pessoal”, teve um acréscimo de 12%, comparativamente ao período homólogo.

Para este acréscimo concorreram os aumentos em todas as rubricas, exceto nos Outros Gastos com o Pessoal e pelas razões já atrás explanadas.

- Parque de Campismo e Centro Hípico, terem deixado de estar sob a alçada da SDPS, e como tal, com perda das receitas que os mesmos geravam.

• Nas transferências correntes e subsídios à exploração verificou-se uma grande redução na medida em que em 2023 o montante dos empréstimos que passaram para a RAM, inicialmente foram contabilizados como proveito e posteriormente foram reclassificados para a conta 25 – Empréstimos. Em 2024 não existe qualquer valor nesta rubrica;

- O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas registou um aumento, resultante do acréscimo das vendas;
- O ligeiro acréscimo observado nos Fornecimentos e Serviços Externos, advém da estabilidade na necessidade de trabalhos de manutenção/reparação nos diversos empreendimentos, justificado pelo elevado investimento, realizado no ano anterior; e
- Os Gastos com o Pessoal registaram um aumento, resultante da entrada em vigor do ACT – Acordo Coletivo de Trabalho, bem como das atualizações salariais.

6.4. Balanço

BALANÇO EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	1º TRIMESTRE		31/dez/23
		2024	2023	
ATIVO				
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis		34 570 430,87	34 630 728,96	34 859 359,04
<i>Total de ativo não corrente</i>		34 570 430,87	34 630 728,96	34 859 359,04
Ativo CORRENTE				
Inventários		4 921 865,01	5 555 730,70	4 936 513,32
Clientes		211 937,40	132 466,94	196 737,01
Estado e outros entes públicos		97 406,54	164 047,03	141 744,31
Outras contas a receber		10 206 076,03	10 200 752,86	10 790 049,44
Caixa e depósitos		2 484 215,39	3 426 522,28	1 645 471,36
<i>Total de ativo corrente</i>		17 921 500,37	19 479 519,81	17 710 515,44
TOTAL DO ATIVO		52 491 931,24	54 110 248,77	52 569 874,48
PATRIMONIO LÍQUIDO				
Património/Capital		79 518 535,00	79 518 535,00	79 518 535,00
Outros instrumentos de capital próprio		32 569 848,52	31 985 547,52	32 569 848,52
Prémios de emissão		1,62	1,62	1,62
Resultados transitados		(90 928 388,44)	(88 750 636,77)	(88 750 636,77)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio		166 940,89	20 168,80	166 940,89
Resultado líquido do período		(315 811,46)	23 990 211,91	(2 177 751,67)
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO		21 011 126,13	46 763 828,08	21 326 937,59
PASSIVO				
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões		6 364 070,00	6 364 070,00	6 364 070,00
Financiamentos obtidos		24 266 666,67	-	24 266 666,67
Passivos por impostos diferidos		28 769,41		28 769,41
<i>Total do passivo não corrente</i>		30 659 506,08	6 364 070,00	30 659 506,08
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores		26 686,38	16 697,86	-
Estado e outros entes públicos		47 025,56	30 295,23	783,72
Outras contas a pagar		747 587,09	935 357,60	582 647,09
<i>Total do passivo corrente</i>		821 299,03	982 350,69	583 430,81
TOTAL DO PASSIVO		31 480 805,11	7 346 420,69	31 242 936,89
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO E PASSIVO		52 491 931,24	54 110 248,77	52 569 874,48
		-	-	-

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de e

Fonte – Opção Divina

No balanço há a assinalar no primeiro trimestre de 2024, face a 31 de dezembro de 2023, o seguinte:

- Nos Clientes constata-se um aumento, justificado pelo facto de não estarmos a conseguir cobrar todas as dividas, apesar do processo exaustivo na cobrança dos mesmos.

6.5. Demonstração de Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(MÉTODO DIRECTO)

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	1º TRIMESTRE		31/dez/23
		2024	2023	
Fluxos de caixa das actividades operacionais				
Recebimentos de clientes		411 129,87	424 104,74	1 384 522,56
Pagamentos a fornecedores		-55 454,35	-62 634,20	-909 235,82
Pagamentos ao pessoal		-242 569,95	-212 047,78	-1 210 702,80
Caixa gerada pelas operações		113 105,57	149 422,76	-735 416,06
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento				20 016,28
Outros recebimentos/pagamentos		-34 316,93	-6 978,93	-432 858,74
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		78 788,64	142 443,83	-1 148 258,52
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		-5 945,61	-1 608,64	-1 157 615,51
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		181 600,00		647 260,00
Outros ativos				175 541,50
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		175 654,39	-1 608,64	-334 814,01
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		584 301,00		
Cobertura de prejuízos				
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos				
Juros e gastos similares				-157 143,20
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		584 301,00	0,00	-157 143,20
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		838 744,03	140 835,19	-1 640 215,73
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 645 471,36	3 285 687,09	3 285 687,09
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 484 215,39	3 426 522,28	1 645 471,36
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA				
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 645 471,36	3 285 687,09	3 285 687,09
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		1 645 471,36	3 285 687,09	3 285 687,09
De execução orçamental			3 225 603,89	3 225 603,89
De operações de tesouraria			60 083,20	60 083,20
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 484 215,39	3 426 522,28	1 645 471,36
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte		2 484 215,39	3 426 522,28	1 645 471,36
De execução orçamental		2 385 362,18	3 360 715,02	1 529 992,60
De operações de tesouraria		98 853,21	65 807,26	115 478,76

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Fonte – Opção Divina

No que concerne à Demonstração de Fluxos de Caixa temos a assinalar uma redução nos recebimentos de clientes, acima explicitado, e nos pagamentos a fornecedores.

7. INFORMAÇÃO ADICIONAL

7.1. Pessoal

A estrutura de pessoal da SDPS, S.A. tem a seguinte composição:

- Órgãos Sociais – 1 (um) Presidente, 1 (um) Vogal Executivo e 2 (dois) Vogais Não Executivos;
- Técnico Superior – 7 (sete), dos quais 3 são dirigentes ao abrigo de uma comissão de serviços, dois estão a exercer funções noutra entidade, ao abrigo de um acordo de cedência ocasional e outro ao abrigo de um acordo de interesse público;
- Profissional de Golfe – 1 trabalhador;
- Assistente Técnico – 14 (catorze) trabalhadores, sendo que três estão a exercer funções noutra entidade, dos quais dois trabalhadores estão ao abrigo de um contrato de interesse público e outro ao abrigo de um acordo de cedência ocasional;
- Assistente Operacional – 25 (vinte e cinco) trabalhadores, sendo que um trabalhador está a exercer funções noutra entidade ao abrigo de um acordo de cedência de interesse público.

QUADRO 15 – RESUMO DE PESSOAL – 1.º TRIMESTRE

TRABALHADORES ATIVOS	TRABALHADORES INATIVOS	ÓRGÃOS SOCIAIS	TOTAL
41	6	4	51

Fonte – Unidade de Gestão de Recursos Humanos

7.2. Evolução da dívida comercial

QUADRO 16 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA COMERCIAL

	1ºT 2023	2ºT 2023	3ºT 2023	4ºT 2023	1ºT 2024
Fornecedores C/C (221 - SNC-AP)	16 697,86	159 331,79	72 725,06	0,00	26 686,38
Fornecedores de Investimentos (271 - SNC-AP)	0,00	85,40	85,40	0,00	0,00
Total	16 697,86	159 417,19	72 810,46	0,00	26 686,38

7.3. Evolução do prazo médio dos recebimentos

QUADRO 17 – EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DOS RECEBIMENTOS

PRAZO	1ºT 2023	2ºT 2023	3ºT 2023	4ºT 2023	1ºT 2024
PMR (em dias)	37	47	26	10	58

7.4. Evolução do prazo médio de pagamentos

QUADRO 18 – EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

PRAZO	1ºT 2023	2ºT 2023	3ºT 2023	4ºT 2023	1ºT 2024
PMP (em dias)	20	49	12	0	29

8. Conclusão

O Conselho de Administração e todos os seus colaboradores continuam empenhados na melhoria dos procedimentos, que permitam o aumento da receita e a redução dos custos.

Paralelamente, existe a procura contínua na diversificação do financiamento, quer através de financiamento comunitário, quer através dos mecanismos previstos na lei, de modo a diminuir a dependência do acionista e, como tal, aliviar o ORAM.

Funchal, 26 de abril de 2024

O Conselho de Administração,

A Presidente

(Nivalda Gonçalves)

A Vogal

(Fátima Carvalho Correia)



Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.

Relatório do Órgão de Fiscalização

1º Trimestre de 2024

Abril de 2024

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Avenida 5 de Outubro nº 124 7º | 1050-061 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 |

Capital Social €50.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Índice

1. Nota Introdutória	3
2. Contabilidade Orçamental	4
2.1. Execução Orçamental da Receita	4
2.2. Execução Orçamental da Despesa	5
3. Conclusões	5
4. Nota Final	8

1. Nota Introdutória

À Secretaria Regional das Finanças,
Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas,
Direção Regional do Orçamento e Tesouro e Inspeção Regional de Finanças

Exmos. Senhores,

O presente relatório é elaborado nos termos da alínea i), do nº 1, do art. 42.º do RJSERAM – Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira, do constante da alínea e) do nº 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril, e do contrato celebrado entre as Sociedades de Desenvolvimento e a PKF & Associados, SROC, Lda. para o triénio 2023-2026.

Procedemos à análise da situação económico-financeira da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S. A. (doravante “SDPS” ou “Sociedade”), relativa ao primeiro trimestre de 2024, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- i) Reuniões com o Conselho de Administração e outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos que considerámos necessários;
- ii) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade;
- iii) Verificação da conformidade do relatório de execução orçamental do primeiro trimestre de 2024 com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte e explicação dos principais desvios e variações.

Dada a inexistência de qualquer disposição legal que imponha à Sociedade a obrigatoriedade de preparação de um conjunto completo de demonstrações financeiras reportados a 31 de março de 2024, o nosso trabalho foi desenvolvido com base nos balancetes da contabilidade patrimonial e orçamental disponibilizados e no relatório de execução orçamental preparado pela SDPS com referência ao primeiro trimestre de 2024, incluindo o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e os mapas de controlo orçamental da despesa e da receita.

Caso tivessem sido preparadas demonstrações financeiras completas com referência àquela data, outras situações poderiam manifestar-se passíveis de relato no presente relatório. No entanto, nos pontos seguintes, levamos ao conhecimento de V. Exas., as conclusões e recomendações que consideramos relevantes, face às situações identificadas no decurso do nosso trabalho.

2. Contabilidade Orçamental

2.1. Execução Orçamental da Receita

Relativamente ao orçamento da receita, as taxas de execução a 31 de março de 2024 são as seguintes:

Designação	2024			2023		
	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Grau Execução	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Grau Execução
RECEITAS CORRENTES	1 676 800	412 461	24,6%	1 676 800	422 280	25,2%
Transferências Correntes	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Venda de bens e serviços correntes	1 622 272	411 130	25,3%	1 622 272	421 158	26,0%
Outras receitas correntes	54 528	1 331	2,4%	54 528	1 122	2,1%
RECEITAS DE CAPITAL	2 662 776	765 901	28,8%	1 925 610	0	0,0%
Venda de bens de investimento	848 166	181 600	21,4%	0	0	0,0%
Transferências de capital	1 230 309	0	0,0%	1 341 309	0	0,0%
Ativos financeiros	584 301	584 301	100,0%	584 301	0	0,0%
OUTRAS RECEITAS	4 755 600	1 529 993	32,2%	3 225 606	3 225 604	100,0%
Saldo da gerência anterior	4 755 600	1 529 993	32,2%	3 225 606	3 225 604	100,0%
TOTAL	9 095 176	2 708 355	29,8%	6 828 016	3 647 884	53,4%

Fonte: Balancetes analíticos da Sociedade referentes ao 1º Trimestre.

No que respeita ao orçamento da receita, a taxa de execução verificada em 31 de março de 2024 ascende a 29,8%, que se traduz em 2.708.355 euros em termos absolutos, diminuindo cerca de 940.000 euros face ao registado em período homólogo. O grau de execução justifica-se, essencialmente, nos pontos seguintes:

- ✓ O “saldo da gerência anterior” encontra-se totalmente integrado, sendo este inferior em cerca de 1.696.000 euros, comparativamente ao registado em igual trimestre do ano anterior;
- ✓ As receitas de “ativos financeiros” registaram uma execução de 584.300 euros, decorrente da injeção de capital por parte do acionista R.A.M.;
- ✓ O aumento registado na rubrica “venda de bens de investimento”, de 181.600 euros, resulta da venda de um lote do loteamento do Porto Santo Golfe.

2.2. Execução Orçamental da Despesa

Relativamente ao orçamento da despesa, as taxas de execução a 31 de março de 2024 são as seguintes:

Designação	2024			2023		
	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Grau Execução	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Grau Execução
DESPESAS CORRENTES	4 439 324	317 047	7,1%	2 369 616	285 860	12,1%
Despesas com pessoal	2 585 152	242 570	9,4%	1 260 444	208 860	16,6%
Aquisição de bens e serviços	1 581 586	55 454	3,5%	1 013 144	64 254	6,3%
Juros e outros encargos	157 644	0	0,0%	500	0	0,0%
Transferências correntes	15 528	1 529	9,8%	15 528	3 255	21,0%
Outras despesas correntes	99 414	17 494	17,6%	80 000	9 491	11,9%
DESPESAS DE CAPITAL	4 655 852	5 946	0,1%	4 458 400	1 609	0,0%
Aquisição de bens de capital	4 269 028	5 946	0,1%	4 458 400	1 609	0,0%
Ativos financeiros	386 824	0	0,0%	0	0	0,0%
TOTAL	9 095 176	322 993	3,6%	6 828 016	287 469	4,2%

Fonte: Balancetes analíticos da Sociedade referentes ao 1º Trimestre.

Conforme ilustra o quadro acima, a execução orçamental da despesa no primeiro trimestre de 2024 situa-se nos 3,6%, apresentado um total de despesa paga pela Sociedade de 322.993 euros.

Verifica-se um aumento de cerca de 35.500 euros face à realizada no período homólogo, devido a esse feito, gostaríamos de evidenciar as seguintes situações que de certa forma justificam o grau de execução registado no orçamento da despesa:

- ✓ As “despesas com o pessoal” apresentam um incremento de cerca de 33.700 euros, justificado, essencialmente, pelos aumentos salariais e implementação do Acordo Coletivo de Trabalho;
- ✓ A execução da rubrica de “outras despesas correntes” ascendeu a cerca de 17.000 euros, superior em 8.000 euros face ao suportado no período homólogo, decorrente, essencialmente, do pagamento de taxas associadas ao Contrato de Concessão de Domínio Público Marítimo para o empreendimento do Penedo do Sono;
- ✓ A execução orçamental da rubrica “aquisição de bens e serviços” regista uma diminuição aproximada de 8.000 euros, face a igual período do ano anterior, decorrente, sobretudo, do facto de estar em vigor o regime transitório de execução orçamental.

3. Conclusões

No decurso do nosso trabalho, identificámos algumas limitações relacionadas com o sistema informático, designadamente, no que toca a erros de parametrização do *software*, dos quais resultam determinadas incongruências nos mapas de controlo orçamental da Receita e da Despesa, comprometendo, por esta via, a

qualidade do reporte da informação financeira da Sociedade. Não obstante, não foram identificadas distorções materialmente relevantes a reportar, relativamente ao Relatório de execução orçamental do primeiro trimestre de 2024.

Salientamos que se encontra em fase de conclusão um processo de Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística, Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e Domínio Público, estimando-se que os resultados deste procedimento venham a produzir efeitos neste exercício.

Não obstante, esta informação não origina nesta fase uma alteração na nossa opinião com reservas incluída na Certificação Legal de Contas relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 desta sociedade, que abaixo reproduzimos:

- *“No decurso do trabalho por nós realizado, verificámos que a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis inclui cerca de 34.859 milhares de euros relativos a terrenos e edifícios, relativamente aos quais não conseguimos concluir de forma inequívoca sobre eventuais situações de perdas por imparidade.*

Em resultado deste facto, não estamos habilitados a emitir opinião sobre a rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis” evidenciada no Balanço e sobre o saldo de “Gastos de Depreciação e de Amortização” evidenciada na Demonstração dos Resultados por Naturezas, com referência a 31 de dezembro de 2023.

De salientar, que se encontra em fase de conclusão um processo de Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística, Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e Domínio Público, estimando-se que os resultados deste procedimento venham a produzir efeitos no exercício de 2024.

- *A rubrica de Outras Contas a Receber inclui cerca de 10.170 milhares de euros relacionados com dívidas de entidades relacionadas, relativamente às quais não nos é possível concluir acerca da sua efetiva recuperabilidade. Desta forma não nos podemos pronunciar sobre a necessidade de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, bem como de eventuais regularizações que possam ter efeito sobre o património da Entidade.*
- *Em outubro de 2019, foi celebrado um acordo de transação entre a SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A. (SDPS), a Região Autónoma da Madeira e a sociedade comercial Pico de Baixo e Penedo – Investimentos Imobiliários Lda. (PBP), de acordo com o qual haveria a transmissão de propriedade sobre uma parcela para a SDPS e um valor relativo a lucros cessantes, sendo que na presente data, sobre o referido acordo corre uma ação judicial entreposta pela sociedade PBP no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal.*

Em resultado do parecer do Tribunal de Contas, datado de 8 de novembro de 2021, relativamente ao acordo acima referido, em 2021 foi decidido em Conselho de Administração da SDPS, por uma questão de prudência, a constituição de uma provisão no valor de 6.017 milhares de euros, por contrapartida de custos desse exercício, a qual se destina a fazer face a eventuais responsabilidades associadas a este processo judicial.

De salientar que, este montante inclui, quer o valor do próprio terreno, quer a indemnização por lucros cessantes requerida pela sociedade PBP e ainda uma estimativa de custas judiciais. Em resultado, do facto de não ser possível desagregar o valor global dos 6.017 milhares de euros, não nos é possível quantificar a subavaliação do Ativo e do Património Líquido que decorre da aquisição do terreno em questão.”

Conforme reportado no relatório trimestral de execução orçamental, em função da situação política, ainda não foi aprovado o Plano de Atividades e Orçamento para 2024, vigorando o regime transitório de execução orçamental, nos termos do artigo 58º da Lei de Enquadramento Orçamental. A realização das receitas e das despesas encontra-se assim condicionada pela aplicação do regime duodecimal.

Salienta-se que, decorrente do facto anterior, o valor do orçamento corrigido apresentado na rubrica “*saldo gerência anterior*” inclui o saldo do orçamento de 2023 (saldo de gerência de 2022), de 3.225.606 euros, e o saldo efetivo da gerência de 2023, 1.529.993 euros, situação que origina uma sobrevalorização do valor total do orçamento.

Ao nível da contabilidade patrimonial, enfatizamos o facto de em 2023 ter sido registado inicialmente na rubrica de resultados “*transferências correntes e subsídios à exploração obtidos*”, por débito da rubrica de passivo “*financiamentos obtidos*”, o montante de 24.266.666 euros, em resultado da transferência para o acionista R.A.M, da responsabilidade inerente a empréstimos contraídos junto da banca estrangeira. Contudo, em dezembro desse ano, a R.A.M clarificou que não prescindiu do direito de ser ressarcida dos valores assumidos através da referida operação, pelo que o montante foi reclassificado, nessa data, da rubrica de resultados para “*financiamentos obtidos*”, aguardando-se a formalização de um contrato de mútuo entre as partes.

4. Nota Final

De acordo com a nossa prática habitual, que tem em vista maximizar sempre a utilidade da nossa colaboração, ficamos ao inteiro dispor, para prestarmos os esclarecimentos adicionais que eventualmente, considerem úteis e necessários.

Cumpre-nos, finalmente, salientar e agradecer a cooperação que temos recebido por parte do Conselho de Administração e dos diversos colaboradores das Sociedades de Desenvolvimento com que contactámos, bem como o interesse na apreciação das observações e recomendações por nós efetuadas.

Lisboa, 29 de abril de 2024

PKF & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

José de Sousa Santos (ROC n.º 804 | CMVM n.º 20160434)